

Historiografia, exame de consciência dos historiadores

Fernando Antonio Novais

A publicação dos números 25/26 da Revista Brasileira de História (Memória, história, historiografia. Dossiê ensino de história), órgão de nossa principal associação de historiadores, oferece, evidentemente, oportunidade, e mesmo impõe a necessidade de refletir sobre o "estado das artes" em nossa corporação. Aliás, pela temática escolhida na composição do volume, percebe-se claramente ter sido essa a intenção dos organizadores. Recentemente, outras publicações científicas (a Revista da USP; a Estudos Avançados, do IEA) têm igualmente se interessado por balanços críticos, com vários recortes. Por outro lado, nos últimos congressos da ANPUH, aumenta significativamente o número de comunicações, e avolumam-se os debates sobre historiografia. A primeira observação que se estabelece, portanto, é a de que a corporação dos historiadores passa, entre nós, por uma fase de exame de consciência. O que é, obviamente, muito salutar, pois atesta um certo *aggiornamento*.

Deste ponto de vista, os trabalhos agora publicados marcam o amadurecimento de uma tendência, e, a nosso ver, é nesse contexto que devem ser estudados. Efetivamente, desde os fins dos anos 60, a historiografia brasileira vem acentuando o pendor para os estudos de história da história, que por sua vez estimula as reflexões metodológicas e as discussões conceituais. Basta lembrar que, antes desse momento, entre nós, José Honório Rodrigues era figura praticamente solitária nesse campo de estudos, permanecendo fiel a este largo projeto até o fim de seus dias. A partir dos anos 70, lentamente, foi se formando entre os historiadores brasileiros um grupo crescente de cultores desse setor, sendo que muitas vezes combinavam a atividade de pesquisa com os estudos propriamente historiográficos. O que também é muito positivo, pois os estudos historiográficos devem ser, acima de tudo, uma dimensão do ofício do historiador, e não uma especialização autônoma. Ao longo desses anos, adensaram-se entre nós os trabalhos de história da história, em teses universitárias, artigos, comunicações, debates, etc. O que se poderia notar, contudo, é que esses trabalhos dirigiam-se, quase sempre, a um único tipo, ou seja, à avaliação da obra de um autor (Varnhagen, Capistrano, Caio Prado, etc), raramente inclinando-se para outros recortes, e quase nunca enveredando para a discussão conceitual de seus supostos teóricos e metodológicos. É esse estágio que, parece, estamos alcançando com os trabalhos mais recentes, e a coletânea de artigos da Revista Brasileira de História, para que meditemos sobre o assunto, deve ser considerada uma boa amostragem.

Diria mesmo que, sob esse aspecto, a presente coletânea vai no sentido contrário, pois a ênfase é agora dada às discussões metodológicas da pesquisa e do ensino da história. Historiografia *stricto sensu*, isto é, análise de um *corpus* de textos de história num determinado recorte, forma o objetivo de apenas cinco entre os dezoito artigos de Memória, história, historiografia; destes, apenas dois trabalhos sobre a obra de um autor (ambos estrangeiros, H. Berr e Carlo Ginzburg), enquanto os outros três recortam um momento (os primeiros passos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB), ou um tema (os núcleos coloniais no século passado), ou uma instituição (a produção do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná). Note-se que os autores analisados são figuras altamente representativas das principais mutações da historiografia contemporânea: Henri Berr, como se sabe, foi um precursor do movimento dos *Annales*, isto é, está na raiz da principal renovação dos estudos históricos de nosso tempo; e C. Ginzburg é um dos mais criativos e originais expoentes da "história das mentalidades" ou da cultura, que, por seu turno, expressa a tendência dominante da atual fase da *École*. Os dois têm, portanto, imenso interesse não só pelas obras de pesquisa (H. Berr, aliás, era mais filósofo que historiador) mas também pela originalidade dos conceitos e métodos que elaboraram, e é nessa vertente que são aqui analisados. O artigo sobre Ginzburg procura eviscerar os procedimentos de sua *Bricolage de Clio*. Na mesma linha vai o artigo, muito sugestivo, sobre os primeiros passos do IHGB, que procura, apoiado em Hayden White, definir a forma discursiva dos inícios de nossa historiografia nacional; a tal ponto que seria desejável que ampliasse a parte da análise que procura articular os enunciados e sua forma ao

momento da história em que se produzem, - isto é, à Regência, em meio ao torvelinho das rebeliões provinciais.

Vários artigos visam à história oral, evidenciando o interesse crescente pela história imediata. Também aqui é dada ênfase às questões teórico-metodológicas, faltando um trabalho mais "instrumental" que elenque os vários programas de levantamento dessas fontes, já realizados ou em andamento entre nós, a fim de facilitar o trabalho de futuros pesquisadores. As questões levantadas são da maior importância e, às vezes, surpreendentes, como o artigo que insiste na especificidade da história oral num país de 60% de analfabetos; descontado o exagero, a questão remanesce, pois é claro que o sentido da história oral tem de se alterar num meio onde se avolumam os iletrados. No pólo oposto, e num nível mais geral, vários textos discutem a própria noção de "história oral", devendo antes falar-se de "fontes orais" para a história. Ou então, radicalizando o princípio de que o historiador deve "deixar falar o documento", a fala dos agentes acabaria por se confundir com o discurso historiográfico, e os profissionais entrariamos nos perigosos caminhos da recessão e do desemprego. Mas não creio, francamente, que essa venha a ser a visão predominante e a tendência no futuro. A história, com efeito, é um muito antigo domínio do saber, e deve corresponder a necessidades profundas de gestão da memória social.

Esta a razão pela qual reflexões a respeito da constituição da memória histórica não poderiam faltar num balanço como este. Elas compõem, e por meio delas se ensaia um fecundo diálogo interdisciplinar, seja com a arqueologia (a cultura material na constituição da memória), seja com a sociologia (sugestiva contraposição das visões de Halbwachs, um clássico da sociologia francesa, e P. Nora, expoente atual da *Nouvelle Histoire*). Essa interdisciplinaridade centrada na questão da memória, aliás, já repontava em vários números de Estudos Históricos, revista do CEPDOC, como o 5 (História e ciências sociais) ou 3 (Memória), bem como no número 23 da Revista da USP (Dossiê nova história), nos quais intervêm numerosos filósofos, antropólogos, sociólogos, etc, e até alguns historiadores - o que mostra que o interesse dos historiadores pelas ciências sociais é recíproco ao dos cientistas sociais pela história. O que, por sua vez, aponta para um amadurecimento geral dos frutos do saber da árvore de nossa academia.

A questão da memória é de tal modo central na reflexão a respeito do ofício de historiador que remonta, também, aos estudos sobre o ensino da história. Pois é através do ensino que se transmite mais diretamente o cânon factual que o discurso historiográfico vai gestando em seus vários estratos, desde a pesquisa de ponta até as obras de divulgação e os livros didáticos. Alguns dos trabalhos aqui reunidos são particularmente sugestivos porque fazem, também, a história do ensino da história, - o que remete à questão de que a forma de transmissão da memória histórica também tem uma história. Ficamos esperando dos especialistas (o que é uma lacuna nesta coletânea) estudos sobre o ensino universitário de história, que deve formar ao mesmo tempo o professor (isto é, o transmissor da memória) e o pesquisador (seu elaborador). Um único artigo aborda diretamente, aqui, o tema, dando um balanço dos trabalhos correntes entre nós e fazendo um diagnóstico sombrio da situação, o que, evidentemente, é um passo importante. Desejável será um desdobramento desses estudos, centrado na especificidade da formação universitária, no caso da história, porque mais que em qualquer outro campo a formação profissional do professor e do pesquisador estão imbricadas de modo inexorável. E isto é tanto mais grave quanto, segundo me parece, em nossas principais universidades vem se desenvolvendo uma tendência a relegar a segundo plano o ensino pedagógico, na medida em que seus alunos visam quase que exclusivamente à carreira de pesquisador. Ocorre que as oportunidades de pesquisa em institutos de investigação científica são relativamente poucas; o normal é o pesquisador ser, ao mesmo tempo, professor universitário, o que repõe a questão do ensino, voltando à questão da memória.

Talvez seja essa recorrência inelutável da memória no ofício de historiador que explique por que eles sempre foram muito relutantes em escrever autobiografias, sendo Edward Gibbon a ilustre exceção. É como se, à força de tanto "tergiversar alheias histórias" (Borges), os historiadores acabassem por temer o enfrentamento da sua própria. É também isso que sugere o grande interesse das autobiografias recentes de dois grandes historiadores franceses, agora traduzidas no Brasil (Georges Duby - A história continua, Rio de Janeiro, Zahar, 1993; Philippe Ariès - Um historiador

dileitante, Rio de Janeiro, Bertrand, 1994). Ambos são expoentes altos do estado-maior da historiografia francesa atual, que é reconhecidamente a *cimeira* da historiografia mundial; decididamente, o *demier cri* do Quartier Latin continua sendo o *nec plus ultra* nos domínios da história.

Mas este talvez seja o único ponto comum, pois ambos têm trajetórias muito diferentes e até divergentes, sendo precisamente o tipo de história, ou antes, o estilo de história que praticam o ponto de convergência. Se no balanço atual (não se pode dizer final pois Duby continua em franca atividade, enquanto Ariès faleceu recentemente) e a obra conjunta do medievalista (Duby) parece mais densa, completa e realizada, é o livro autobiográfico do *moderniste* (Ariès) que oferece, de longe, maior interesse. *Par contre*, se a tradução de Duby parece-nos bem aceitável, infelizmente a de Ariès afigura-se descuidada. Não pude ter em mãos o original, mas tenho dúvidas de que em livro publicado em Paris pelas Editions du Seuil apareça várias vezes menção ao historiador Lucien Lefebvre (sic); igualmente, desconfio que o jovem estudante Ariès não tenha feito, nos anos 30, uma exposição "em casa" de Georges Lefebvre (este sim), pois o *chez* que se pode sentir no original devia traduzir-se por "no seminário de". Mas, sobretudo a tradução do título é que é infeliz. *Un historien du dimanche* indica que o autor, por sobreviver de outro emprego, praticava o ofício aos fins-de-semana, ou nas horas vagas; já o "dileitante" da tradução remete para amadorismo, não-profissionalismo, - o que não é, evidentemente, o caso de Ariès, de sólida formação *sorbonnarde*.

Deixemos, porém, de lado essas implicâncias, e voltemos à comparação dos percursos dos dois historiadores, pois é aí que está, a nosso ver, a chave para compreender as diferenças de suas respectivas autobiografias. Duby é um típico *scholar* acadêmico francês, que ascende merecidamente da província (no caso, a Provence propriamente) para a Sorbonne, culminando no Collège de France. Ariès, sob esse aspecto, era rigorosamente um marginal: funcionário de um instituto de pesquisa aplicada à agricultura tropical (a cujas tarefas, aliás, como explica, era muito dedicado), praticava, como disse acima, o ofício nas horas vagas; somente em 1978 é integrado (já reconhecido e consagrado) à Maison des Sciences de l'Homme, vindo, contudo, a falecer alguns anos depois. Coerentemente com essas trajetórias, Duby escreve uma autobiografia rigorosamente intelectual, começando pela escolha do tema de sua tese e encontro do orientador, analisando todos os passos de sua produção, para finalmente projetar ainda novos caminhos, pois a "história continua". Já Ariès parece precisar contar a sua história para poder explicar as histórias que escreveu; começa mesmo com a saga de seus antepassados, num meio conservador de monarquistas católicos tradicionalistas, e vem recompondo a sua "formação", neste sentido amplo de experiência de vida, desde menino. Apenas para dar um exemplo, é esse ambiente e são esses valores que estão na raiz de seu interesse e de sua sensibilidade em relação aos temas da história da infância e da família, que viria depois a desenvolver em obras absolutamente notáveis. Inversamente, para se entender (o que muitas vezes causou estranheza) que um historiador trabalhasse como técnico em agricultura tropical, é preciso lembrar que, quando cursou história na Sorbonne, no entre-guerras, o curso era acoplado ao de geografia (como, aliás, ocorria também no Brasil). É exatamente esta profunda integração de atividade intelectual e vida pessoal que dá ao depoimento (pois o livro resulta de uma longa entrevista a Michel Winock) de Ariès um sabor e uma riqueza que faltam ao livro de Duby. Este nos revela um percurso e nos descreve um mundo que de certa forma já conhecíamos ou imaginávamos, e que soam, finalmente, como algo convencional; aquele, ao contrário, nos reserva revelações e, a cada passo, nos enche de surpresas. Surpreendente, entretanto, não deve ser esse confronto, se pensarmos que, talvez, sejam mesmo os "marginais" que escrevem as melhores memórias (como Rousseau, como Santo Agostinho); pois a autobiografia, isto é, a ego-história, sempre visa a apanhar o que a personagem tem de específico, intransferível, sem contar o distanciamento que a posição de marginalidade dá ao observador.

Com efeito, um dos encantos do livro de Ariès está exatamente em que não revela mágoa ou ressentimento por essa "marginalidade". Ao contrário, vai contando que, nos anos sombrios da guerra, acabou reprovado na parte final do exame de *Agregation*, tendo por isso somente chance de lecionar em liceu de província, separando-se da família; daí a decisão de aproveitar a oportunidade surgida de emprego alternativo. Mas, historiador de vocação e profissão, foi trabalhando nas horas

vagas, e lentamente construindo uma obra originalíssima, desde *Les traditions sociales dans le pays de France* (1943) até *L'homme devant la mort* (1977), passando por *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII siècle* (1948); aliás, ele queria que o título fosse *devant la vie et la mort*, mas o editor não aceitou, *Le temps de l'histoire* (1951), *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime* (1960) e *Essai sur l'histoire de la mort en occident* (1975). (Indico os principais, a lista não é completa). Apesar desta persistência, o reconhecimento foi lento: os convites universitários vieram dos EUA, onde começou a escrever seus trabalhos sobre a morte. Se esse ostracismo lhe dá uma certa melancolia, não há ressentimento ou animosidade contra seus pares; nem se pense que a marginalização vinha do fato de ser declaradamente reacionário, e militar todo o tempo na imprensa de direita (Paroles françaises, Nation française), pois o primeiro convite para um seminário no CNRS veio de Henri Lefebvre (mais um), quando este ainda não tinha rompido com o partido comunista. Antes, o que se percebe dessas memórias, é que Ariès tinha muito claro que não se consagrara por que não pertencia ao "grupo" em ascensão fulgurante. O que vem confirmar, muito significativamente, as análises que Hervé Coutau-Begarie (*Le phénomène "nouvelle histoire", stratégie et idéologie des nouveaux historiens*, Paris, 1983) que estudou a *École des Annales* como grupo informal que, para renovar o discurso historiográfico, busca o poder cultural na França, ocupando os espaços acadêmicos, o meio editorial e finalmente a mídia. Note-se que Coutau-Begarie cita precisamente o exemplo de Ariès na sua argumentação: *Histoire des populations...* aparece quase ao mesmo tempo que *La méditerranée...* (1949), de Braudel; fez-se silêncio em torno de Ariès, enquanto o livro de Braudel já nascia um clássico. Não que a obra-prima braudeliiana não merecesse consagração; o sintomático, no caso, é o isolamento do *out-sider*. Curiosamente, essa dimensão da *École* reponta em vários passos das memórias de Duby.

Daí a sensação de "exilado interno" que perpassa a fala de Ariès, como, outrora, a dos jansenistas; pois ele é o primeiro a marcar a importância decisiva da obra de Braudel em seus caminhos de historiador. E aqui tocamos um ponto fundamental para meditar sobre os caminhos da historiografia a partir do percurso de Ariès. O livro reconstitui um vívido panorama da *intelligentsia* de direita na França em nosso século; é fascinante constatar a semelhança com o mesmo meio ambiente na esquerda: os jornais, as divisões internas (tão numerosas como na esquerda, quem diria), as reuniões, a boemia... Os extremos se tocam. Igualmente fascinante, e inquietante, notar como ele foi abrindo caminho para o tipo de história a que se dedicaria: "Nessa época, descobri, na Sorbonne, a filigrana de uma história que acabava de aparecer na universidade parisiense e que também parecia suspeita à ortodoxia maurrassiana: o que se chamou, mais tarde, de história social. A existência de uma sociedade fora do Estado, o fato de que essa sociedade mudava e de que essa mudança não era devida à boa ou má ação do Estado eram idéias completamente novas e escandalosas na historiografia de direita" (p. 56). Como, a partir de então (quer dizer, desde estudante), Ariès cada vez mais se aprofunda na história social (do cotidiano, da sensibilidade), seu depoimento vai marcando cada vez mais o desencontro com o meio intelectual no qual continuou sempre a atuar. Quer dizer, foi *contra* seu universo intelectual direitista que Ariès abriu caminho para a *nouvelle histoire*, que muitas vezes se apresenta ou é apresentada como oposição ao marxismo e à esquerda. Isto significa que a questão é muito mais complexa que essas dicotomias, e que é preciso analisar mais de perto essa suposta incompatibilidade entre marxismo e a nova historiografia. Também aqui a comparação com o percurso de Duby é revelador, pois, neste, o percurso para a nova historiografia conflui com seu clima intelectual (referimo-nos, aqui, ao texto de Duby nos *Essais d'ego-histoire*, 1987, organizado por P. Nora). É claro que Duby nunca foi nenhum marxista ortodoxo, e de certo modo pode-se pensar que sua obra vai paulatinamente se distanciando do pensamento marxista. Mas o problema remanesce, e, que eu saiba, apenas M. Vovelle (*Idéologies et mentalités*, 1985) tenta abordá-lo diretamente. Seria o discurso historiográfico um território com autonomia para diluir as dimensões ideológicas? Seria o ofício do historiador (do cientista social, em geral) uma possibilidade para além do "fim das ideologias"? Haverá luz no fundo do túnel?

Fernando A. Novais é professor
do Instituto de Economia da UNICAMP.